

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

O Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2 deste edital, na Área de Educação Escolar, nas disciplinas EP 348 – Educação Especial e Inclusão, EP 376 – Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, EL 683 – Escola e Cultura e EL 774 – Estágio Supervisionado I, do Departamento de Ensino e Práticas Culturais, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Doutorado em Educação ou em áreas de ensino correlatas;

1.2.2. Experiência docente na Educação Básica;

1.2.3. Experiência com formação de professores;

1.2.4. Experiência de ensino e pesquisa na graduação e/ou pós-graduação em instituições universitárias no país ou no exterior, com ênfase na área de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, conforme avanços propostos pelo decreto 66.949 promulgado pela Presidência da República em 25 de agosto de 2009.

1.2.5. Produção técnica e acadêmica pertinente à área do concurso.

1.2.6. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e da difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.592,14
- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas de forma presencial pelo candidato ou por seu procurador (procuração simples) nos dias úteis compreendidos dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, na Secretaria do Departamento de Ensino e Práticas Culturais, da Faculdade de Educação, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo.

Endereço: Av. Bertrand Russell, nº 801 – Cidade Universitária – Barão Geraldo – Campinas – S. P. – CEP: 13.083-865 – 2º andar – Bloco “C”.

3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Educação, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;
- b) documento de identificação pessoal, em cópia;
- c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:
 - c.1. títulos universitários;
 - c.2. curriculum vitae et studiorum;
 - c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;
 - c.4. títulos honoríficos;
 - c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
 - c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, o Departamento terá o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no sítio www.fe.unicamp.br a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio www.fe.unicamp.br, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos 2 (dois) membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a) prova escrita (peso 01);
- b) prova de títulos (peso 02);
- c) prova didática (peso 02).
- d) prova de arguição (peso 01);

- 5.1.1. As provas serão realizadas em idioma nacional.
- 5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.
- 5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.
- 5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
- 5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.
- 5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.
- 5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

Prova Escrita

- 5.5. A Prova Escrita versará sobre aspectos gerais, específicos, objetivos e/ou teórico-conceituais, todos pertinentes ao(s) programa(s) da(s) disciplina(s) do concurso.
- 5.5.1. A(s) questão(ões) da Prova Escrita será(ão) elaborada(s) pela Comissão Julgadora do concurso, no momento da abertura dos trabalhos.
- 5.5.2. Todos os candidatos realizarão a Prova Escrita simultaneamente.
- 5.5.3. É vedado aos candidatos o uso de quaisquer meios eletrônicos durante a fase de consulta e de prova, bem como, a troca ou empréstimo de materiais entre os mesmos.
- 5.5.4. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.
- 5.5.5. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.4. não será mais permitida a consulta de qualquer material,
- 5.5.6. Na sequência, a Comissão Julgadora fixará o horário de início dos trabalhos de redação e finalização das respostas, com duração de 4 (quatro) horas.
- 5.5.7. Apenas as anotações manuscritas efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.4. poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas à resolução da prova.
- 5.5.8. A Comissão Julgadora não terá acesso à identificação dos candidatos até a divulgação do resultado da Prova Escrita, tendo em vista que a identificação será feita por meio do número de inscrição.
- 5.5.9. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.
- 5.5.10. A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, os nomes dos candidatos aprovados na prova escrita.
- 5.5.11. Serão eliminados os candidatos que obtiverem na Prova Escrita nota inferior a 7,0 (sete), em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), da maioria dos membros da Comissão Julgadora.

5.5.12. Os candidatos não eliminados serão ordenados, para fins classificatórios para a fase seguinte, por ordem decrescente da média aritmética das notas dadas por cada membro da Comissão Julgadora.

5.5.12.1. A média será calculada até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco, e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

5.5.13. As notas obtidas pelos candidatos classificados na Prova Escrita serão utilizadas para fins classificatórios finais, juntamente às notas das demais provas.

Prova de Títulos

5.6. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.6.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.6.2. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos.

Prova de Arguição

5.7. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.7.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.7.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 1 (uma) hora para cada arguição.

5.7.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática

5.8. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.8.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.8.2. A prova didática terá a duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.9. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.10. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo predeterminado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e escrita terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova escrita também terá caráter eliminatório.

6.1.1.1. Ao final da prova escrita, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.5 deste edital;

6.1.1.2. Após a atribuição das notas, o resultado da prova escrita será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

6.1.1.3. Serão considerados aprovados na prova escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

6.1.1.4. Somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova escrita;

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete).

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Educação, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9. deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.fe.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2. "c" e "d"), entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria da Faculdade de Educação. Após este prazo, se não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13 e, Deliberação FE 48/2014, que aprovou a Portaria/FE 01/2014, as quais estabelecem os procedimentos internos da Faculdade de Educação para a realização dos concursos.

9.8.1. Cópia da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria do Departamento de Ensino e Práticas Culturais, da Faculdade de Educação, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programa das Disciplinas e Bibliografia

EP 348 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Turma A

Ementa

O curso tratará de aspectos teóricos e de práticas da Educação Especial, na perspectiva de uma escola para todos - ensino inclusivo. Abordaremos os marcos político-legais da Educação Especial mais recentes e as inovações educacionais que se alinham às novas propostas de atendimento aos alunos dessa modalidade e que afetam a organização administrativa e pedagógica das escolas de ensino básico e superior.

Objetivos

Geral:

Discussão da Educação Especial em sua natureza complementar à formação de dos alunos e o sentido transversal de seus serviços, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Específicos:

- Redimensionamento da organização escolar e das práticas de Educação Especial, para atender às novas propostas de uma escola para todos.
- A formação de professores de educação no contexto das inovações escolares que adotam princípios inclusivos.

Temas:

- Políticas educacionais e legislação;
- conceito de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva;
- experiências de re-significação e novas direções das práticas de educação especial;
- o aluno da educação especial;
- o professor de educação especial;
- a sala de recursos multifuncionais (SRM);
- formação dos professores de educação especial.

Conteúdos Programáticos

1-A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): inovações, diretrizes.

2-Marcos político-legais da Educação Especial, na perspectiva da Educação inclusiva - da Constituição de 1988 à Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência/ONU, ratificada pelo Decreto no. 6.949/2009

3-O Atendimento Educacional Especializado: AEE - o que é, onde acontece, especificidades relativas aos seus conteúdos, métodos, espaço escolar.

4-O direito à diferença na igualdade de direitos - a cilada da identidade e os sentidos da diferença.

5- Acesso, permanência e participação de alunos da Educação Especial no ensino básico e no ensino superior: condições e avanços nas matrículas, segundo o Censo Escolar

6-A formação dos professores de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva: pré-requisitos, níveis de formação, modalidades e conteúdos.

7- Origem e princípios subjacentes aos conceitos de integração e inclusão escolar de alunos com deficiência.

8-O aluno com deficiência e sua inclusão nas escolas comuns de ensino básico: como ensinar a turma toda sem discriminação e ensino diferenciado para alguns.

9-Do modelo médico ao modelo social da deficiência: conceituação e transformações oriundas dessa evolução no acesso e atendimento de pessoas com deficiência à escola e à vida cidadã.

10-Educação Inclusiva de pessoas com deficiência: avanços desafios atuais, perspectivas, a contribuição da Educação Especial.

Atividades

Aulas presenciais e atividades no ambiente virtual da disciplina, produções intelectuais individualizadas, trabalhos em grupo.

Avaliação

Constará da participação nos trabalhos acima descritos e de uma auto-avaliação do desempenho dos alunos em todas as atividades do curso.

Bibliografia

ALVES, Nilda e LEITE GARCIA, Regina. (Orgs.) O sentido da escola. Rio de Janeiro/RJ: D P& A, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Decreto N.3956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência: Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2a.ed. ver.e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. Decreto No. 6949/2009. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência /ONU, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2012.

BRANDÃO, Zaia. (Org.). A crise dos paradigmas e a educação. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1994.

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo, na contemporaneidade- incertezas e desafios. 3ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CAMARGO. Ana Maria Faccioli. Caminhos de uma formação. São Paulo: Peirópolis, MEC/ Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Educação, 2012.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LARROSA, Jorge. e PÉREZ de LARA, Nuria. (Orgs.) (1998). Imagens do outro; tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes.

LARROSSA, Jorge. Pedagogia Profana – danças, piruetas, mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 7a.edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas das diferenças. São Paulo: Editora 34, 1999.

RANCIÈRE, J. O mestre ignorante. Cinco estudos sobre emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n. 135, jan. 1999. Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/135/135.pdf>.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios. Série Cotidiano escolar - Ação Docente São Paulo: Ed. Moderna, 2010.

SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz, Tadeu da. Identidade e diferença: impertinências. Print version ISSN 0101-330. Revista Educação & Sociedade, Vol.23, no. 79 Campinas, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73-130.

Outras fontes:

-filmes;

-trabalhos não publicados e apresentados em congressos, simpósios encontros (anais);

-livros de autoria de sociedades, associações, entidades públicas e similares;

-artigos em jornais e de revistas especializadas ou não especializadas, entrevistas;

- documentos oficiais: federais, estaduais e municipais;
- pareceres, deliberações; leis, cartilhas sobre direitos humanos
- materiais não impressos: filmes, fitas cassete;
- apostilas e outros.

EP 376
 PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constitui espaço para tratamento interdisciplinar dos fundamentos oferecidos.

1. Questão Norteadora:

“Como me insiro no estágio? Como organizo o trabalho de ensino junto aos sujeitos da escola?”

2. Objetivos

Tendo como referência o trabalho desenvolvido nas disciplinas anteriores relativas ao eixo teórico-prático do curso de Pedagogia e o compromisso com as práticas escolares cotidianas que se desenvolvem na escola dos anos iniciais do ensino fundamental, temos como objetivos para esse semestre:

- Compreender as práticas educativas cotidianas, tomando como base para essa reflexão, os contextos sócio-histórico-culturais em que tais práticas acontecem;
- Construir um trabalho junto aos professores e aos alunos dos anos iniciais, procurando encontrar um lugar (Certeau; Augé) nas relações de ensino;
- O desenvolvimento de projetos de ensino se dará a partir dessa premissa de inserção na escola e de trabalho em conjunto com os sujeitos que lá estão cotidianamente;
- Refletir sobre a produção de conhecimento na escola;
- Refletir sobre os recursos didático-pedagógicos que compõem o trabalho de ensino
- Pensar o papel da mediação pedagógica no ensino das séries iniciais.
- Possibilitar uma aproximação do “lugar social de professor”, por meio:
 - * do mergulho na dinâmica interativa produzida no cotidiano da escola;
 - * da participação ativa nessa dinâmica, produzir, dentro dela, “um lugar” de “professor aprendiz em exercício”;
 - * do registro sistemático desse mergulho;
 - * da análise e da problematização da experiência documentada, considerando-o em suas condições sociais (imediatas e mais amplas) de produção.

3. Conteúdos

Tema 1 – A mediação no ensino. O papel do professor.

Tema 2 – A inserção no estágio na escola. Do “não lugar” do estagiário/estagiária à produção do lugar de “professor/professora aprendiz em exercício”.

Tema 3 – Desenvolvimento de propostas de trabalho/projetos a partir das demandas do local de trabalho na escola.

Tema 4 – O processo de registro do próprio trabalho de estágio e sua análise.

Estes temas serão abordados nas aulas através de discussões que serão provocadas pela exibição de filmes, pela leitura de textos específicos a cada temática e pelo trabalho de idas semanais à escola.

4- Organização das aulas:

- leitura e discussão conjunta dos textos
- aulas expositivas
- inserção e atuação nas escolas (dez (10) dias no mínimo)
- registro, a cada ida da escola, dos encontros com os sujeitos que lá vivem seu cotidiano, em um caderno de relatos.

- análise de episódios vividos na escola
- elaboração de relatórios parciais sobre as idas à escola, articulando as leituras estudadas, às discussões em aula e vivência de acompanhamento do cotidiano escolar, tendo como foco a questão norteadora;
- partilha/apresentação do trabalho desenvolvido na escola durante o semestre;

5- Avaliação

A avaliação estará centrada no processo de elaboração do aluno, tomando-se como indicadores dois relatórios apresentados por escrito, uma prova escrita, a frequência de no mínimo de 75% das aulas dadas, a frequência nas escolas de estágio e a participação no desenvolvimento das atividades que integram a disciplina.

Com relação aos relatórios, será considerada como componente importante a pontualidade na entrega, que deverá respeitar os prazos combinados em aula.

6- Cronograma das aulas

- 1ª Semana (28/02/2012) - Apresentação da disciplina. Entrega do plano para cada aluno e leitura. Dúvidas e esclarecimentos sobre a proposta dos trabalhos a ser desenvolvida. Dinâmica de trabalho com os livros "Meu professor inesquecível" e "O professor escreve sua história". Exposição de telas sobre procedimentos burocráticos do estágio junto ao SAE e às escolas.
- 2ª Semana (06/03/2012) – POE, Edgar Allan. A carta roubada. (2ª Ed.) Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. Trechos de filmes para discussão. E também OLIVEIRA, Marta Kohl. Desenvolvimento e aprendizado. In OLIVEIRA, Marta Kohl Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. (4ª Ed.) São Paulo, Scipione, 2001.
- 3ª Semana – (13/03/2012) - COUDRY, Maria Irma Hadler e FREIRE, Fernanda Maria Pereira. O trabalho do cérebro e da linguagem. A vida e a sala de aula. CEFIEL, Unicamp/MEC, 2005.
- 4ª Semana (20/03/2012) – Aula Inaugural – Palestra no Salão Nobre. Conferência "O futuro da escola: reflexões para o presente" ministrada pelo professor titular Luiz Carlos de Freitas.
- 5ª Semana (27/03/2012) – EUGENIO, Fernanda. De como olhar onde não se vê – ser antropóloga e ser tia em uma escola especializada para crianças cegas. Em: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.) Pesquisas urbanas – desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- 6ª Semana (03/04/2012) – Supervisão de estágio na escola – contatos e reuniões com os supervisores responsáveis pelo estágio.
- 7ª Semana – (10/04/2012) – LAJOLO, Marisa. Meus alunos não gostam de ler... O que eu faço? CEFIEL, Unicamp, MEC, 2005.
Entrega do primeiro relatório.
- 8ª Semana (17/04/2012) – Filme: "Minhas tardes com Margueritte".
- 9ª Semana (24/04/2012) – Palestra-relato de um professor da escola básica.
- 10ª Semana (08/05/2012) – LINS, Consuelo. Edifício Master. Em: O documentário de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- 11ª Semana (15/05/2012) – BAGNO, Marcos. A norma culta. Língua e poder na sociedade brasileira. (8ª reimp.) São Paulo: Parábola, 2010. Leitura dos caps. 01, 02 , até a pág. 110 "Toda língua muda com o tempo".
- 12ª Semana (22/05/2012) – .BAGNO, Marcos. A norma culta. Terminar o livro.
- 13ª Semana (29/05/2012) – Discussão da leitura de TCCs.
- 14ª Semana (05/06/2012) – Compartilhando a inserção nas escolas: do não lugar ao professor aprendiz (sessão de pôsteres)
- 15ª Semana (12/06/2012) – Prova escrita sem consulta.
Entrega do relatório final. Encerramento da disciplina. Dúvidas e esclarecimentos.

Obs.1: Este planejamento está sujeito a modificações em função do andamento do curso.

Obs. 2: A lista de TCCs será divulgada em sala de aula. Cada estudante escolherá um TCC in

EL 683 – ESCOLA E CULTURA

01-OBJETIVOS:

- contextualizar a existência da escola na atual formação social;
- compreender a escola como espaço sócio-cultural, envolvendo práticas, saberes, acordos, tensões entre sujeitos e instituição;

- problematizar aspectos do cotidiano escolar que aparecem como “naturalizados” ante as rotinas e as práticas institucionais;
- promover a reflexão sobre a relação entre juventude e escola na contemporaneidade

02-UNIDADES PROGRAMÁTICAS:

- Unidade I: Escola e cultura:

- * concepção de cultura;
- * a escola e as condições históricas de sua existência;
- * a escola enquanto espaço sócio-cultural.

- Unidade II: Cotidiano escolar e o processo de ensino-aprendizagem

- * a naturalização da instituição escolar;
- * o currículo escolar: a compartimentalização e integração
- * a relação com o saber escolar: condições sociais-culturais e ação docente

- Unidade III: Juventude e Escola na Contemporaneidade:

- * a relação com o trabalho; jovens e as artes; jovens, mídia e escola; jovens e violência; juventude, sexualidade e corpo.

03-METODOLOGIA

Exposição dialogada de conteúdos, leituras individuais de textos seguidas de debates, realização de trabalhos em grupos em forma de seminários.

04-AVALIAÇÃO

Serão considerados: a frequência, a participação nos debates, nos seminários (valor 3 pontos), a entrega dos trabalhos escritos (relato de observação da escola, entrevista com aluno, entrevista com professor – valor 3 pontos) e trabalho final/prova individual (valor 4 pontos).

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

Unidade I: Escola e cultura

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação? Educações: aprender com o índio, in O que é Educação? SP: Ed. Brasiliense, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo e ZARANKIN, Andrés. Cultura Material Escolar: o papel da arquitetura. Pro-Posições - Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação – Unicamp – Campinas, SP., v.16, n.1 (46).jan./abr.2005, pp. 135-144.

PATTO, Maria Helena Souza. “Escolas Cheias, Cadeias Vazias” notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro, in Estudos Avançados, v. 21, n. 61, SP, 2007.

VIDAL, Diana. No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares, in Revista Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 1, jan/jun 2009.

Unidade II: Cotidiano escolar e o processo de ensino-aprendizagem

CHARLOT, Bernard. A Escola e o Trabalho dos Alunos, in Sísifo: Revista de Ciências da Educação, n. 10, set/dez 2009.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996, pp. 136-123.

DIEGUEZ, Flávio. Professores, elo frágil da educação, in Estudos Avançados, v. 21, n. 60, SP, 2007.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Por que a maioria dos pais e alunos defende a reprovação?, in Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set/dez 2010.

VIEIRA, Ricardo. Identidades reconstruídas: o caso dos professores com mobilidade social ascendente, in Actos dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, 2009.

Unidade III: Juventude e Escola na Contemporaneidade

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da Desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres, in Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 1, jan-abr 2006.

SOUZA, Candida e PAIVA, Ilana. Faces da Juventude Brasileira: entre o ideal e o real, in Estudos de Psicologia, 17(3), set/dez 2012.

OBSERVAÇÕES:

TRABALHO FINAL:

Texto elaborado individualmente, sobre o tema: “Juventude e Escola na Contemporaneidade”.

Expor: o tema pautando-se pelo processo vivido na aproximação com a escola, com o professor e aluno entrevistados, as discussões realizadas no próprio grupo, as relações com as temáticas apresentadas pelos colegas e a bibliografia utilizada na disciplina.

EL774 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA: O eixo privilegiado será o de conhecer como o coletivo de uma escola se organiza para aprimorar a qualidade do ensino ministrado de modo a garantir aprendizagens significativas aos estudantes. A qualidade da escola pública será assumida como algo referenciado ao desenvolvimento pleno dos estudantes superando o reducionismo presente na lógica das avaliações externas. A discussão versará sobre o significado de um "pacto de qualidade negociada" entre os atores da escola e a repercussão deste acordo nas aprendizagens dos estudantes da escola pública. Uma das metas do estágio será a de subsidiar técnica e politicamente a formação inicial dos professores para a participação na avaliação da escola pública de modo a qualificar seu protagonismo no processo avaliativo.

Objetivos da disciplina:

-Inserir os licenciandos em processos de avaliação da qualidade da escola regidos pelos princípios da totalidade, continuidade, historicidade, participação e negociação.

-Discutir significados da qualidade social da escola e refletir sobre o protagonismo dos atores na sustentação de projetos pedagógicos emancipatórios

-Analisar os sentidos da avaliação externa e a repercussão na dinâmica do trabalho pedagógico da escola

-Refletir sobre as repercussões das políticas públicas educacionais na formação de professores

Conteúdo programático

Unidade 1 A escola e sua função social

-Apresentação da proposta da disciplina: construindo significados para o estágio referenciado na escola e não na sala de aula.

-O projeto de AIP na rede municipal de Campinas. A lógica da escola e sua função social. Divisão dos grupos para o estudo do livro Avaliação educacional

-Discussão livro Freitas et al A lógica da avaliação e as interfaces da avaliação no nível micro/meso/macro. Entrega roteiro modelo situacional.

Unidade 2: As avaliações da e na escola

-Discussão texto: Avaliação institucional nas escolas de ensino fundamental: razões teóricas e práticas.

-Formulação relatório situacional (modelo 1) Horário livre para a atividade

-Entrega e discussão das experiências de campo contidas relatório situacional (foco entrevista com equipe gestora sobre AIP e CPA)

-Trabalho dirigido em grupo (IDEB e a qualidade da escola pública)

Unidade 3 Qualidade da escola pública: o que significa e a quem compete?

-Apresentação dos resultados dos trabalhos em grupo

-O que é uma escola pública de qualidade? exposição dialogada

-O protagonismo dos atores sociais nos processos de avaliação da qualidade da escola pública (texto Sordi)

-A lógica das políticas públicas educacionais e a responsabilização compartilhada como estratégia de contrarregulação

Unidade 4 O lugar do professor na qualificação da escola pública

-Entrega e discussão do relatório 2 (foco: plano de avaliação da escola e indicadores de qualidade observados e desejados)

-Painel : O lugar do professor na qualificação da escola pública

-Palestra com convidado da SME

Avaliação das aprendizagens

Ocorrerá de forma processual por meio da observação formativa (assiduidade, intervenções nos debates e apropriação das categorias chave da disciplina). Os estudantes deverão entregar dois relatórios e produzir um trabalho final que de modo articulado gerarão a nota final da disciplina.

Bibliografia

BONDIOLI, A O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação. A qualidade negociada. Campinas, Autores Associados, 2004

FREITAS, L.C.et al Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão. 3ª Ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009 – (Coleção Fronteiras Educacionais).

FREITAS, L.C. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2002.

FREITAS, L.C. Qualidade Negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. Educação&Sociedade – Campinas, vol.26, n.92, p. 911-933. Especial – Out. 2005

FREITAS, L.C Os reformadores empresariais da educação : da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação Educ . Soc , Campinas, v.33, n.119, abr-jun 2012, p.379-404

MAC BEATH, J. et AL. A história de Serena: viajando rumo a uma Escola melhor. Porto: Asa Editores, 2005.

SORDI, M. R. L. de; SOUZA, E. da S. (Org.). A Avaliação Institucional com instancia mediadora da qualidade da escola pública: A Rede Municipal de Educação de Campinas como espaço de aprendizagem. São Paulo: Millennium, 2009

SORDI, M.R.L & FREITAS, L.C Territórios da medida e da avaliação. Elementos para uma avaliação institucional sob medida. In: A Avaliação Institucional com instancia mediadora da qualidade da escola pública: A Rede Municipal de Educação de Campinas como espaço de aprendizagem. São Paulo: Millennium, 2009

SORDI, M.R.L Avaliação institucional nas escolas de ensino fundamental: razões teóricas e práticas In: A Avaliação Institucional com instancia mediadora da qualidade da escola pública: A Rede Municipal de Educação de Campinas como espaço de aprendizagem. São Paulo: Millennium, 2009

SORDI, M.R.L. Processos de responsabilização alternativos: a luta por concepções de qualidade na/da escola pública Anais ENDIPE, Campinas, 2012

SORDI, M.R.L. A avaliação da qualidade da escola pública: a titularidade dos atores no processo e as consequências do descarte de seus saberes IN: FREITAS, L.C et al (org.) AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: Ensaio Contra Regulatórios em Debate, Campinas, 2013.

Campinas, 07 de abril de 2014